

Dúvida: o que o FMI e os bancos dirão do pacote?

O Fundo Monetário Internacional — FMI — deverá considerar insuficiente o pacote de cortes nas despesas públicas, anunciado na semana passada, e exigirá medidas adicionais para prosseguir as discussões com o Brasil. A previsão é de técnicos do Ministério da Fazenda, que integram a comissão de negociação com o FMI. Devido ao surgimento dessa dificuldade, esses técnicos afirmam que o acerto com o Fundo deverá atrasar, fazendo com que não sobre tempo suficiente para um acordo com os bancos credores. O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, porém, voltou a manifestar ontem a expectativa de que ambos os acordos — com o FMI e com os bancos — deverão fechar até 31 de agosto.

O presidente do Banco Central e o diretor da área externa, Carlos Eduardo de Freitas, pretendem viajar na próxima segunda ou terça-feira para Nova York, a fim de manter uma conversa preliminar com o comitê assessor que renegocia a dívida brasileira em nome dos 700 bancos credores. O interesse dessa viagem é sentir como os bancos credores receberam o "pacote" do Brasil para reduzir o déficit, bem como manter os primeiros contatos para a retomada das negociações.

Quanto ao FMI, é possível a ida, no mesmo dia e com idêntico objetivo, do secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Vital, chefe da comissão de negociação do Brasil com o Fundo.

Para o presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, entretanto, dificilmente haverá condições de fechamento dos acordos até agosto, e o Brasil terá de pedir um prazo de mais 90 dias aos bancos. Camilo Calazans acabou de retornar da Inglaterra, Suíça e França, onde manteve contatos com banqueiros, aos quais tentou explicar que o Brasil passa por um período de estabilidade política, apesar das turbulências na equipe ministerial.

Já o Banco Central acredita que será possível negociar paralelamente, podendo fechar acordo com os bancos credores, pois eles querem uma definição rápida. Quanto a isto, existe o precedente da Venezuela, que também fechou o acordo com os bancos credores antes mesmo de acertar as metas com o FMI. E, conforme os resultados deste primeiro contato, o presidente do Banco Central poderá voltar a Nova York no final do mês para iniciar oficialmente a renegociação.

Para os técnicos da Fazenda, que estão em contato permanente com o FMI, dificilmente o Fundo aceitará a dimensão do pacote econômico, de apenas Cr\$ 39,2 trilhões. Eles observam que os cortes de despesas se situaram muito abaixo das expectativas do Fundo. Além disso, o FMI não prosseguirá as discussões sem que haja uma definição bem clara em relação à reposição das tarifas das empresas estatais. O Fundo é a favor da reposição, tese defendida pelo ministro Sayad e não aceita por Dornelles.

Os técnicos acrescentaram que é fácil prever o comportamento do Fundo daqui para frente, bastando observar a postura do organismo em relação a negociação com outros países. "A Argentina ficou um ano e meio discutindo com o FMI e, no final, acabou se curvando às suas exigências, baseadas em regras duras e com pouca margem de flexibilidade", afirmou um dos técnicos.

O interesse do governo brasileiro é iniciar logo as negociações com os bancos credores, mesmo sem o aval final do Fundo Monetário Internacional (FMI), pois os pontos a serem negociados para a rolagem da dívida por 16 anos, com sete de carência, envolvem muitos aspectos técnicos, que demoram a ser acertados. Como o Brasil quer ver encerrado o acordo até o dia 31 de agosto (final do prazo de prorrogação dos financiamentos de curto prazo no valor de US\$ 16 bilhões), as negociações com o FMI e os bancos credores precisam processar-se paralelamente.

O presidente do BC disse, após uma longa reunião com o ministro Francisco Dornelles, que foi mantido o cronograma de negociações externas. Primeiro, haverá a negociação com o Fundo. Depois, com os bancos credores. Sebastião Vital, secretário-geral da Fazenda, também confirmou o cronograma e opinou que os bancos internacionais não chegarão a um acordo com o Brasil sem o sinal verde do FMI.

De qualquer forma, tanto Lemgruber como Vital continuam acreditando numa conclusão rápida dos entendimentos.